Petrolin@

nº 127 | OUTUBRO • 2026

APOSENTAD@S E PENSIONISTAS



A DEMOCRACIA VENCEU!

A LUTA CONTINUA...

Por uma Petrobrás pública, pela reestatização da RLAM, pela solução dos PEDs e pelos direitos da classe trabalhadora.

A participação popular marcou o segundo turno e a vitória do projeto dos trabalhadores. Para o Sindipetro Bahia, o novo cenário político abre perspectivas para a reestatização da RLAM, o fortalecimento da Petrobrás pública e a defesa dos direitos da categoria.

A vitória do projeto político defendido pelos trabalhadores nas eleições de 2026 abre uma nova etapa na disputa pelos rumos do Brasil.

No segundo turno, a abstenção caiu de 21,08% para 19,22%, reforçando a importância da participação eleitoral na definição do futuro do país.

Para o Sindipetro, o resultado cria condições políticas para avançar na recuperação do patrimônio público, fortalecer o Sistema Petrobrás e valorizar a classe trabalhadora. O desafio agora é transformar as expectativas em medidas concretas, com a cobrança dos compromissos assumidos e a atuação organizada do movimento sindical.

Continua na Página 2



Aprovação do fim da Escala 6x1



PLR 2026/2027 é aprovada por 98,98% dos votos nas assembleias de trabalhadores do Sistema Petrobrás na Bahia

VEJA TAMBÉM: **Governo do Brasil disponibiliza plataforma para receber e encaminhar denúncias sobre assédio eleitoral.** | PÁGINA 4

CRIMINOSOS ESTÃO SE PASSANDO POR ADVOGADOS DO SINDIPETRO-BA. NÃO CAIA NESSE GOLPE. NÃO PASSE INFORMAÇÕES

LIGUE PARA O SINDIPETRO: (71) 3034-9313

RLAM: REESTATIZAR É RECUPERAR O PATRIMÔNIO PÚBLICO

A reestatização da Refinaria Landulpho Alves (RLAM), na Bahia, é uma das principais bandeiras do Sindipetro-BA. Vendida em 2021 para a Acelen, durante o processo de desinvestimentos da Petrobrás, quando passou a ser operada pela iniciativa privada e recebeu o nome de Refinaria de Mataripe.

Para o Sindicato, a venda representou a perda de um patrimônio estratégico para a Bahia e o Brasil. A unidade tem papel relevante no abastecimento de combustíveis, na economia baiana e na geração de empregos, além de integrar a história da indústria petrolífera nacional.

A defesa da reestatização vai além da recuperação de uma refinaria. Significa ampliar a capacidade pública de decisão sobre o refino, fortalecer a cadeia produtiva do petróleo e recuperar instrumentos estratégicos para o desenvolvimento econômico.

A RLAM não é apenas um ativo comercial. É um patrimônio construído ao longo de décadas de investimento e trabalho. Reestatizá-la significa defender os interesses da população, os empregos e a capacidade brasileira de produzir combustíveis.

O Sindipetro-BA seguirá cobrando medidas efetivas para recuperar a refinaria e reintegrá-la ao Sistema Petrobrás. A mudança do cenário político é uma oportunidade para avançar nessa reivindicação histórica

PETROBRÁS PÚBLICA E INTEGRADA

A reestatização da RLAM integra uma agenda mais ampla de fortalecimento da Petrobrás e suas subsidiárias. A venda de ativos estratégicos reduziu a presença da estatal em segmentos importantes do setor energético e levantou questionamentos sobre os efeitos para o abastecimento, os investimentos e o desenvolvimento regional.

A campanha **Reestatiza Brasil**, defendida pela Federação Única dos Petroleiros (FUP) e seus sindicatos, reivindica a recuperação do patrimônio público e a retomada da capacidade de investimento da Petrobrás.
Para o movimento sindical, uma empresa pública forte deve contribuir para a geração de empregos, o desenvolvimento tecnológico, o fortalecimento da indústria nacional e uma política energética voltada aos interesses brasileiros.

Para o movimento sindical, uma empresa pública forte deve contribuir para a geração de empregos, o desenvolvimento tecnológico, o fortalecimento da indústria nacional e uma política energética voltada aos interesses brasileiros.

Não basta interromper as privatizações. É preciso recuperar ativos estratégicos e reconstruir a presença pública no setor energético.

DIREITOS TRABALHISTAS E PREVIDENCIÁRIOS NA PAUTA

O fortalecimento do Sistema Petrobrás também precisa se traduzir em valorização profissional e respeito aos direitos da categoria. Entre as principais reivindicações estão o Plano de Cargos, a Participação nos Lucros e Resultados (PLR), a solução dos Planos de Equacionamento de Déficit (PEDs) da Petros, a assistência multidisciplinar de saúde (AMS) e o cumprimento dos Acordos Coletivos de Trabalho (ACTs).

A busca por soluções para os PEDs é uma pauta prioritária, especialmente para aposentados e pensionistas afetados pelos descontos dos equacionamentos. O Sindipetro-BA defende medidas que enfrentam o problema e garantam mais segurança financeira aos participantes e assistidos da Petros.

As reivindicações também incluem melhores condições de trabalho, proteção à saúde e à segurança dos trabalhadores e valorização salarial. Para o Sindicato, não existe uma Petrobrás verdadeiramente forte quando os direitos de quem constrói sua riqueza são ameaçados ou desrespeitados.

A vitória eleitoral renova as expectativas, mas não garante, por si só, o atendimento dessas pautas. O Sindipetro continuará cobrando respostas das instâncias responsáveis e defendendo soluções para os problemas que afetam trabalhadores da ativa, aposentados e pensionistas.

DA VITÓRIA ELEITORAL ÀS CONQUISTAS CONCRETAS

A participação popular teve papel importante na disputa eleitoral deste ano. Agora, o resultado precisa se traduzir em políticas públicas, recuperação do patrimônio estratégico e avanços sociais.

Para o Sindipetro, a vitória do projeto dos trabalhadores representa uma oportunidade de fortalecer a Petrobrás pública e integrada, avançar na reestatização da RLAM e garantir direitos trabalhistas e previdenciários. A concretização dessas pautas dependerá de decisões políticas, negociação e pressão organizada da categoria.

O Sindicato seguirá atuando para que as expectativas se convertam em resultados, com atenção às reivindicações históricas dos petroleiros e petroleiras e à defesa dos interesses da população brasileira.

Entrevista

“Precisamos lembrar que a maioria do Congresso eleito não favorece a classe trabalhadora. Importante, inclusive, que cada eleitor procure saber quais são os projetos de cada representante que ali está. Nós seguiremos na luta para garantir a governabilidade do Presidente Lula”

- Elizabete Sacramento, coordenadora geral do Sindipetro-BA.

Para ouvir a entrevista completa, escaneie o QR CODE ao lado.

Aprovação do fim da Escala 6x1

O Brasil viveu um dos momentos mais significativos da sua história no dia 14 de outubro de 2026. Neste dia, o Senado Federal aprovou a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) que acaba com a escala 6x1. A proposta garante dois dias de folga por semana ao trabalhador, sem redução salarial.

O texto reduz a jornada máxima de trabalho semanal de 44 para 40 horas. Serão até oito horas diárias de trabalho, com possibilidade de compensação de horários e redução da jornada por acordo ou convenção coletiva de trabalho. Algumas das mudanças serão implementadas de forma progressiva.

Com 75 votos a favor e somente um solitário voto contrário, a PEC foi aprovada e contou com grande mobilização popular, a PEC foi extremamente debatida durante todo o ano de 2026 e sendo voltada, finalmente, em outubro deste ano. A pressão do povo na rua e o período eleitoral foram peças chaves para a votação acontecer. Trabalhadores de todo o Brasil se mobilizaram por essa pauta abraçada pelo presidente reeleito Luiz Inácio Lula da Silva.

A aprovação do fim da escala 6x1 representa uma demonstração da força da união e da mobilização da classe trabalhadora. É a prova de que, quando os trabalhadores se organizam em torno de uma pauta comum, conseguem conquistar avanços importantes e promover melhorias nas condições de trabalho da categoria.

Sindipetro completa 72 anos de história



"O Sindipetro Bahia tem o papel de representar os trabalhadores, buscar avanços e a adequação dos direitos. Sem sindicato forte, não temos direitos garantidos. Por isso, com um sidicato atuante, garantimos as conquistas por meio dos acordos coletivos de trabalho. É o resultado de uma luta coletiva»

- Elizabete Sacramento, coordenadora geral do Sindipetro-BA.

Para ouvir a entrevista completa ao Programa do Trabalhador, escaneie o QR CODE ao lado.

Assembleias PLR Sistema Petrobrás 26/27

GIRO DE NOTÍCIAS

PLR 2026/2027 é aprovada por 98,98% dos votos nas assembleias de trabalhadores do Sistema Petrobrás na Bahia

Trabalhadores e trabalhadoras aprovaram a proposta negociada pela FUP. Dirigentes destacam diferenças nos modelos de pagamento e a importância de defender direitos coletivos.

A proposta de acordo da Participação nos Lucros e Resultados (PLR) 2026/2027 foi aprovada por 98,98% dos votos nas assembleias realizadas pelo Sindipetro Bahia entre os dias 7 e 15 de outubro. A votação envolveu trabalhadores e trabalhadoras de diferentes bases e empresas do Sistema Petrobras.

A aprovação ocorreu após o processo de negociação conduzido pela Federação Única dos Petroleiros (FUP), que pressionou as empresas por avanços nas propostas e defendeu a manutenção de uma mesa única de negociação para as empresas do Sistema Petrobrás.

A coordenadora-geral do Sindipetro Bahia, Elizabete Sacramento, chamou a atenção para as diferenças na composição dos pagamentos entre as empresas do Sistema Petrobrás. Embora as propostas prevejam o equivalente a três remunerações, nem todas utilizam exclusivamente a modalidade PLR, como ocorre na Transpetro, onde parte do valor é paga por meio de PRD. (tendo em vista que a legislação não permite pagamento de PLR caso a empresa não tenha lucro). A dirigente ressaltou a importância de observar não apenas o total previsto, mas também a modalidade de pagamento adotada por cada empresa.

Assembleias nas bases

As assembleias foram realizadas nas seguintes bases:
- Transpetro: Itabuna, Jequié e Temadre;
- Tecan;
- Taquipe;
- Torre Pituba;
- UN-BA: Araçás, Santiago, Bálsamo, EVF, Manati, Buracica e Fafen, em assembleia virtual;
- Pbio;
- Termobahia.

Além da proposta de PLR, os trabalhadores e trabalhadoras aprovaram a contribuição assistencial de 2%, com 98,97% dos votos favoráveis. O percentual será dividido igualmente entre a Federação Única dos Petroleiros (FUP) e o Sindipetro-BA, com o direito de oposição preservado.

A participação dos trabalhadores e o resultado expressivo são fundamentais para fortalecer a atuação sindical e respaldar a negociação com as empresas.

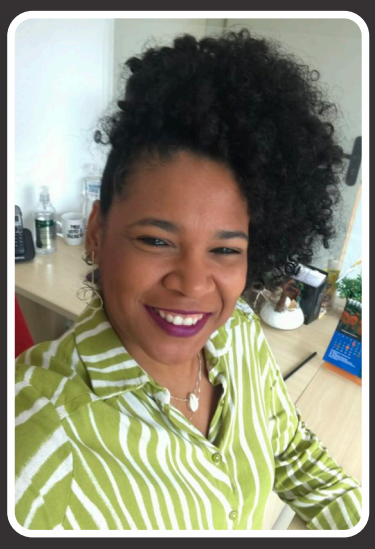
Durante as negociações, a FUP e o Sindipetro-BA atuaram pela melhoria da proposta de PLR e defenderam uma mesa única de negociação para o Sistema Petrobras.







Atendimento de Serviço Social no Sindipetro-BA



Associados e associadas ao Sindipetro Bahia podem contar com o atendimento gratuito no setor Serviço Social, de segunda a sexta-feira, das 8 às 14:15 horas, sem necessidade de agendamento prévio.

O atendimento, realizado pela assistente social Natália Cardoso, abrange questões relacionadas à Saúde Petrobras, Petros, PEDs, além de oferecer acolhimento e encaminhamento para acesso aos devidos direitos.

Esse atendimento também está disponível pelo WhatsApp: (71) 99915-2845

OUTUBRO ROSA



O Sindipetro Bahia reforça que falar de câncer de mama é também falar de saúde pública, prevenção, diagnóstico precoce, tratamento e garantia de direitos para as mulheres.



Governo do Brasil disponibiliza plataforma para receber e encaminhar denúncias sobre assédio eleitoral.

O Governo do Brasil, em conjunto com o Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) anunciou medidas para combater o assédio eleitoral no ambiente de trabalho e proteger a liberdade de escolha política dos trabalhadores e trabalhadoras.

Entre as ações estão a criação de um canal de denúncias, orientações pela Carteira de Trabalho Digital e intensificação da fiscalização trabalhista. Também estão previstas medidas para retirar da internet conteúdos que promovam perseguição ou discriminação política.

A iniciativa inclui ainda a criação de uma lista de empregadores envolvidos em casos de assédio eleitoral e medidas de responsabilização. A Constituição Federal garante a liberdade de consciência e o sigilo do voto, enquanto a Lei nº 9.029/1995 proíbe práticas discriminatórias nas relações de trabalho.

Trabalhadores que sofreram ou presenciaram situações de assédio eleitoral podem registrar denúncias ao Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) e ao Ministério Público do Trabalho (MPT).

Fonte: Governo do Brasil

Sindipetro FUP CNQ CUT
SINDICATO DOS PETROLEIROS E PETROLEIRAS DA BAHIA

EXPEDIENTE
Jornal dos Trabalhadores Aposentados e Pensionistas do Sistema Petrobrás
Sindipetro Bahia

sindipetroba.org.br 71 99924-2999
sindipetroba sindipetrobahia

Rua Boulevard América, 55, Jardim Baiano, Salvador BA, CEP: 40050-320 – Tel.: (71) 3034-9313
E-mail: imprensa@sindipetroba.org.br
Diretor de Comunicação: Luciomar Machado

Textos, Edição e Supervisão de Estágio: Luís Brasil (DRT 5594/BA)
Estagiários(as) de Com. Social: Rita Braga, Hevenlly Moura, Dante Emmanuel, Thiago Dórea, Carine Pereira e Caetano Júnior
Tiragem: 7 mil exemplares
Gráfica: Contraste